Fwd: Ofício de encaminhamento

camara@conselheirolafaiete.mg.leg.br

25 de Outubro de 2021 07:47

Para: legislativo@conselheirolafaiete.mg.leg.br

EXPEDIENTE
26 / 10 / 21

-------- Mensagem Encaminhada -------
De: "CME - CL" <cmecl@yahoo.com.br>
Para: "Roberto Sant'Ana" <rlisboabat@gmail.com>, "Walmir Wilson Condé" <walmirconde@yahoo.com.br>, "Etelvina Rossi" <etelvinarossieducacao@gmail.com>, roatt999@gmail.com, camara@conselheirolafaiete.mg.leg.br, "Promotoria" <8pjclafaiete@mpmg.mp.br>, "SEMED | Conselheiro Lafaiete - MG" <educacao@conselheirolafaiete.mg.gov.br>, "Albano Tiburcio" <albanotiburcio@yahoo.com.br>, robertocmscl@gmail.com, "Claudia Canuto" <claudia-canuto@hotmail.com>, "Debora Penido" <debora.penido@educacao.mg.gov.br>, liliale@mpmg.mp.br, maria.beato@educacao.mg.gov.br, "SRE Conselheiro Lafaiete EducAção" <sre.clafaiete.gab@educacao.mg.gov.br>, "Gabinete Prefeito Municipal" <gabinete@conselheirolafaiete.mg.gov.br>, colegioelimarques@bol.com.br, saudegabinete@yahoo.com.br, "Tatiane Lana" <departamentovigilanciaemsaude@yahoo.com.br>, willipedroso@yahoo.com.br, professoreustaquio@conselheirolafaiete.mg.leg.br, andre@conselheirolafaiete.mg.leg.br, vereadoradamires@conselheirolafaiete.mg.leg.br, erijayme@conselheirolafaiete.mg.leg.br, fernandobandeira@conselheirolafaiete.mg.leg.br, giuseppelaporte@conselheirolafaiete.mg.leg.br, joaopaulo@conselheirolafaiete.mg.leg.br, pastorangelino@conselheirolafaiete.mg.leg.br, pedro@conselheirolafaiete.mg.leg.br, professoroswaldo@conselheirolafaiete.mg.leg.br, renatopele@conselheirolafaiete.mg.leg.br, sandrojose@conselheirolafaiete.mg.leg.br, vadosilva@conselheirolafaiete.mg.leg.br, "CAE" <caecl@outlook.com>, "Conselho Fundeb" <fundebcl@yahoo.com>
Recebida: 22 de Outubro de 2021 21:11
Assunto: Ofício de encaminhamento

Prezados (as),

O Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com fulcro na Lei nº 5.114 e Lei 6048/2021, em atenção aos termos em referência vem respeitosamente em face de Vossa Senhoria encaminhar o registro da reunião realizada no dia 04/10/21, nas dependências da Câmara Municipal do município de Conselheiro Lafaiete, na qual tratou do retorno presencial gradual das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Respeitosamente,

Roberto Sant'Ana Lisboa Batista
Vice-Presidente do CMECL
Fone.: (31) 3769-2530

Livre de vírus. www.avast.com.

Conselheiro Lafaiete, 21 de outubro de 2021.

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DE REGISTRO DE REUNIÃO

Prezados (as),

O Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, com fulcro na Lei nº 5.114 e Lei 6048/2021, em atenção aos termos em referência vem respeitosamente em face de Vossa Senhoria manifestar:

CONSIDERANDO o Ofício/Convite n.º 001/2021 no qual tratou de convite para participação em reunião de caráter de urgência dos conselhos vinculados à área educacional municipal, no dia 04/10/2021.

CONSIDERANDO o objetivo da supramencionada reunião na qual discutiu sobre o retorno presencial gradual das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Pelo presente, encaminhamos o registro da reunião transcrito na íntegra.

Registra-se, por oportuno, que o referido registro é a prova documental do que foi discutido durante o encontro e serve como arquivo de conferência pós-evento para quem precisou ausentar-se no dia. Por esse motivo, o documento exigiu um detalhamento incluindo todas as manifestações das pessoas participantes, os tópicos abordados e as resoluções.

Ademais, por ser um documento que confere credibilidade, o registro demandou cautela na sua produção. Ele foi redigido de maneira fiel ao que foi discutido.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

ROBERTO SANT ANA LISBOA BATISTA:68117400600

Digitally signed by ROBERTO SANT ANA LISBOA BATISTA:68117400600
Dn: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Presencial, ou=08333951000194, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=(em branco), cn=ROBERTO SANT ANA LISBOA BATISTA:68117400600
Date: 2021.10.22 20:05:53 -03'00'

ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação

ETELVINA ROSSI

Presidente do CACS-Fundeb

REGISTRO DA SESSÃO DE 04 DE OUTUBRO DE 2021.

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, com início às 14h (quatorze horas), realizou-se nas dependências da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete – MG, situada na Rua Assis Andrade, nº 540, Bairro Rosário, reunião conjunta do Conselho Municipal de Educação (CMECL), Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (CACS-Fundeb) e Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), do município de Conselheiro Lafaiete, com a seguinte pauta: **I) Retorno gradual das aulas presenciais da Rede Municipal de Ensino**. Participaram também desta reunião os vereadores da Câmara Municipal, representantes da Secretaria Municipal de Educação, e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, conforme constado na lista de presença anexa. A sessão foi realizada sob a coordenação do Presidente do CMECL, Sr. Walmir Wilson Condé. Aberta a sessão, o Presidente deu as boas vindas a todos os presentes tecendo explicações sobre os motivos do agendamento dessa reunião, em caráter de urgência. Expôs que na qualidade de Presidente do CMECL, enquanto representante de pais de alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino a sua atuação teria como prioridade a elevação da qualidade dos serviços educacionais para os alunos do Sistema Municipal de Ensino, bem como para os profissionais de educação. Walmir explicou que esta reunião tem como objetivo geral assegurar a participação popular mediante a participação de representantes da comunidade para auxiliar na definição das diretrizes e no aperfeiçoamento da educação no âmbito do Município e, portanto, os Conselhos vinculados à educação municipal definiram pelo encaminhamento de convite aos órgãos envolvidos na temática do retorno gradual das aulas presenciais para participação desta. O Presidente do CMECL declarou ser favorável à volta às aulas da Rede Municipal desde que todas as normas sanitárias sejam cumpridas. Falou sobre as visitas *in loco* realizadas pelo CMECL durante o período de retorno das aulas presenciais e sobre as conversas com os diversos segmentos atrelados à educação municipal, razão da necessidade urgente de realização desta discussão junto as demais representatividades para exposição das questões que têm sido relatadas através dos diversos canais de comunicação, tais como merenda escolar e infraestrutura das escolas. Em prosseguimento, passou a palavra para a Presidente do CACS-Fundeb, Srª Etelvina Rossi, que saudou a todos explicando sobre o limite de pessoas no espaço destinado a reunião, considerando a pandemia da COVID-19. Informou que havia uma lista de presença elaborada previamente e que uma vez que todas as entidades convidadas estivessem com seus respectivos representantes seria necessário avisar a segurança do local sobre a impossibilidade de entrada de mais pessoas. Etelvina reforçou a fala do Presidente do CMECL quanto às demandas de discussões do retorno das aulas presenciais e a decisão de realização de reunião junto às representatividades envolvidas no aspecto educacional destacando que compete ao Controle Social auxiliar de algum modo na resolução das questões que serão apresentadas. Falou sobre o volume de informações que tem sido retransmitidas à comunidade escolar que acabam gerando muitas dúvidas, além de mencionar a fadiga vivida pelos profissionais da educação e demais envolvidos no processo, destacando para a importância desse encontro como oportunidade para que sejam realizados os devidos esclarecimentos e que todos juntos possam fazer o melhor para a educação. A referida Presidente pediu desculpas pelo agendamento urgente desta reunião justificando que a relevância do assunto demandou essa decisão. Em seguida, realizou a apresentação da Mesa Diretora dos Conselhos CMECL, CACS- FUNDEB e CAE e pediu a permissão dos presentes para a gravação da reunião objetivando a realização do registro da reunião, com a transcrição das falas dos presentes. Foi comunicado também sobre a assinatura da lista de presença com a pauta detalhada, em anexo. Explicou sobre a abertura de momento de fala para todos os participantes que quisessem se manifestar, declarando que não existe

culpados pela situação e que são questões que precisam ser expostas de modo que sejam feitos os devidos apontamentos das soluções. Etelvina reforçou o papel da escola na formação do cidadão como fator essencial para o bom funcionamento da sociedade e que a pandemia da COVID-19 veio deflagrar essas questões afetas aos valores e impactos da educação, afirmando que é unânime o desejo de que os alunos retornem às aulas presenciais, e que, no entanto, muitas escolas não têm a infraestrutura adequada para o retorno e, posto isso, é fundamental a discussão sobre o que deve ser feito. No que tange aos objetivos específicos da reunião, efetuou a leitura do OFÍCIO/CONVITE/N.º 001/2021, a saber: **a)** Da falta de infraestrutura de acordo com o Protocolo Sanitário; **b)** Do caráter de urgência visto que a SEMED posiciona o retorno, mas os servidores destacam que as instituições não estão aptas. A pré-escola retornou no dia 28/09/21 e os anos iniciais do Ensino Fundamental estaria previsto para dia 04/10/21; **c)** Das várias denúncias que chegaram ao Conselho, inclusive sobre a falta de merenda escolar; **d)** Dos diretores que estão se sentindo desamparados pelo Executivo; **e)** Das denúncias de falta de informações precisas para os profissionais da educação; **f)** Da organização pedagógica do presencial e remoto (alunos incluídos, recuperação, trabalho socioemocional, planejamento pedagógico para 2022); **g)** Do papel dos Comitês Escolares e do Comitê de Gerenciamento a nível Municipal. No que tange aos objetivos específicos supramencionados, Etelvina falou sobre a necessidade de se garantir o princípio da isonomia, isto é, o princípio da igualdade que assegura o direito de que todos os alunos tenham acesso à educação de qualidade. Mencionou sobre a notícia de fato de que no retorno escolar a merenda escolar oferecida foi apenas arroz e feijão; das várias reuniões que são realizadas com os profissionais da educação para repasses de informações e que dado o volume de notificações acabam não sendo transmitidas e compreendidas de maneira adequada externando sobre o cansaço dos servidores decorrente dessas questões e, por isso, a seriedade desta discussão para transmissão da informação correta. Etelvina tratou também do Comitê Municipal de Gerenciamento para o retorno e funcionamento das aulas, durante a pandemia, citando que o Secretário Municipal de Educação, Professor Albano de Souza Tibúrcio, é responsável pela Presidência e que através do referido Comitê teve origem o Comitê instituído no âmbito escolar cuja função principal é que na esfera de cada unidade educacional sejam discutidas suas especificidades quanto ao retorno presencial e para o acompanhamento e sistematização sobre o protocolo sanitário. Argumentou sobre o aspecto emocional dos alunos e professores; dos conteúdos referenciais e da recuperação dos conteúdos pedagógicos a ser realizada, expondo que a SEMED já teria feito alguns apontamentos nesse sentido e que as escolas já teriam começado a se organizar. Em continuidade a sessão, requisitou aos presentes sugestões do modo de condução da discussão. A título de sugestão, propôs o tempo de dois minutos cronometrados para a manifestação dos participantes e conclusão de algumas questões a medida que fossem abordadas. Ressaltou sobre a importância de conclusões ao final da discussão com direcionamentos aproveitando a presença de representantes da SEMED e do Secretário Albano que poderia esclarecer algumas questões enquanto Poder Executivo. Assim, os interessados fizeram sua inscrição para fala estabelecido dois minutos para a mesma. A palavra foi passada para a Senhora Ana Angélica de Almeida Braga, membro do CMECL, representante dos Diretores das escolas municipais atuando na Escola Municipal "Vereador José Aleixo de Matos", que declarou enquanto representante dos diretores das escolas municipais necessitar de repassar à sociedade a situação em que o Diretor Escolar foi colocado no contexto dessas discussões de retorno as aulas. Esclareceu que os diretores trabalharam muito nesse período de pandemia levando até ao adoecimento e a necessidade de afastamento. Citou que ela e a Diretora Ana Marislene, reperesentante suplente dos Diretores da Rede Municipal de Ensino, realizaram a pintura do chão da escola, cumprindo exatamente as orientações do

Secretário Municipal de Educação. Informou que o Secretário recebeu uma ordem no Ministério Público do Estado de Minas Gerais para que as escolas retornassem o seu funcionamento presencial do modo que estavam, pois havia crianças em situação de tamanha vulnerabilidade que o fato de uma escola estar sem torneira não se configuraria em um impeditivo de retorno. Rememorou que recebeu os representantes do Sindicato com alegria na sua escola e que esperava além do sindicato a visita de outros órgãos como o CMECL, os representantes dos vereadores, nos quais inclusive alguns já estiveram na instiuição na qual é gestora, esclarecendo que a escola é aberta e quanto mais pessoas estiverem atentas àquela comunidade seria melhor. Ressaltou que não esconde seu trabalho, bem como nenhum diretor da Rede oculta seus atos e que nesse momento não seria necessária a confusão estabelecida onde houve uma intensa mídia negativa em relação às escolas havendo tanta exposição do professor. Enfatizou as defasagens nas remunerações dos professores, assim como dos diretores municipais, explicitando que durante a pandemia enquanto muitos foram resguardados com a possibilidade de ficar em casa o diretor trabalhou diuturnamente e que, portanto, foi um ato desrespeitoso com o Diretor Escolar quando nas redes sociais começaram a sofrer ataques direcionando para eles a responsabilidade da situação de descaso com as escolas. Questionou a função do Diretor e se o salário que lhe é atribuído corresponde ao desgaste da execução de suas tarefas e a da exposição da argumentação de que dada a situação tem que haver eleição para o cargo de Diretor de modo que os ocupantes deste cargo tomem postura em relação às demandas da escola. Ana Angélica declarou que a eleição para o cargo de Diretores e Vice-Diretores das escolas da Rede Municipal tem que acontecer por se tratar de um processo e que não esteve à porta de alguém requisitando o cargo. Que era servidora naquela escola e atualmente é Diretora e que aceitou o convite que foi realizado para assumir o cargo. Reafirmou, portanto que não se justifica essa oposição ao Diretor Escolar e que os questionamentos e apontamentos do retorno das auals deveriam ser direcionados ao Secretário Municipal de Educação. Destacou que os Diretores foram massacrados através de uma mídia que utilizou propagandas desnecessárias, uma vez que a competência do diretor era apenas adequar a escola segundo os protocolos da vigilância. Requereu ao final de sua fala que o Secretário Albano viesse a esclarecer junto aos outros órgãos que a decisão de volta às aulas presenciais não foi do Diretor Escolar. Em sequência, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador João Paulo, posicionou que desde o primeiro momento em que as escolas foram fechadas face a pandemia do novo coronavírus a Câmara Municipal tem sido pressionada por parte da população, destacando que a Casa Legislativa Municipal tem sido o primeiro lugar onde a sociedade recorre e cobra a solução das questões educacionais e que à época possuíam uma visão diferente das circunstâncias e que mudaram no decorrer do tempo, havendo outra visão atualmente pela maioria dos vereadores. Mencionando o Secretário Municipal de Educação afirmou que da maneira como se encontram as escolas é inviável à volta às aulas presenciais e informou que os vereadores realizaram visitas em algumas escolas e que a partir de então iriam intensificar as vistorias. Exemplificou a ida à Escola Municipal "Vereador Jadir Pinto de Azevedo", na presente data, por volta do horário de 11h em que presenciaram a ocorrência de chuva dentro da escola devido a uma goteira. Afirmou que antes da declaração de cumprimento dos protocolos sanitários tem que se falar em estrutura, sendo que após um ano de fechamento dos estabelecimentos de ensino houve deteriorização dos imóveis. Ressaltou que a culpa não deve ser atribuída ao Secretário Albano, que assumiu o cargo recentemente, nem aos diretores, professores e demais servidores, que inclusive desejam o retorno das atividades presenciais dado o grande desgaste das demandas do trabalho remoto, onde são feitos atendentimentos aos pais fora do horário de trabalho. Referenciando o Ministério Público falou ser fácil a imposição de que o município faça as

adequações rapidamente objetivando o retorno das aulas presenciais e questionou a forma como isto seria feito. Declarou que não poderia haver exposição das crianças e dos servidores públicos, e que, portanto, deve-se cessar a fala de retorno das aulas na próxima semana pois as instituições de ensino não têm condições de retornar. João Paulo enfatizou que seria muito importante a participação do Ministério Público nesta reunião, uma vez que é impossível voltar as aulas da Rede Municipal em Conselheiro Lafaiete neste período. Disse também ser favorável ao retorno das aulas de modo presencial e declarou que existe um atraso importante que vai impactar na recuperação dos alunos e na retomada do modo que acontecia antes da pandemia, mas que as escolas não podem retornar da maneira que se encontram . Falou que seria cabível contatar o Ministério Público, uma vez que a obrigatoriedade partiu daquele órgão, e solicitar a ida conjunta às escolas para verificação da situação dos educandários de modo a constatar que não existe condição para o retorno. Mencionou a existência de creche municipal com o telhado desabando e pontuou que preliminar à discussão sobre distanciamento entre alunos e dos aspectos de higiene a atenção deve ser direcionada para as demandas estruturais. Para finalizar, João Paulo explicou que a Câmara Municipal neste momento está apenas cedendo o espaço para a realização desta reunião e que a Casa não decide sobre a volta às aulas, competindo ao Poder Executivo tal resolução e que conforme foi dito a definição foi realizada após uma recomendação ministerial. No que tange a merenda escolar falou que a Câmara tem recebido diversas reclamações de que somente foi oferecido aos alunos durante o retorno, arroz com feijão como merenda e que não poderia acontecer a volta às escolas dessa forma, declarando mais uma vez que pelos motivos expostos o Ministério Público deveria dirigir essa discussão antecipadamente ao retorno. A Presidente do CACS, Etelvina Rossi, explicou que a Drª Liliale Ferrarezi Fagundes, Promotora de Justiça da 8ª Promotoria de Conselheiro Lafaiete, foi designada através do Decreto Municipal nº 039/2021 como um das representantes do Comitê de Gerenciamento e que esteve consciente de toda a situação evidenciada. Esclareceu que as reuniões do Comitê aconteciam mediante a convocação de seu Presidente e ocorreram nas terças-feiras durante alguns meses, estando suspensas neste momento. Informou que na ocasião das reuniões do Comitê sempre foi lembrado sobre a infraestrutura das escolas municipais, da discrepância estrutural entre as escolas da Rede Municipal e da Rede Privada, bem como em comparação com a Rede Estadual de Ensino e que a Promotoria participou das discussões e esteve inteirada das circunstâncias. No entanto, foi fala da Promotoria naquela ocasião de discussão do Comitê de que devido ao princípio da isonomia a educação deveria ser ofertada a todos de forma igual e que não poderia um primeiro e um segundo aluno ter escola e um terceiro não tê-la. Em seguida, foi passada a palavra ao Senhor Valdney Roatt Delmashio Alves, Presidente do SINSERLAF. Valdney informou que o Sindicato tem sofrido embates devido às ações executadas e que todo movimento realizado é visto de maneira deturpada, esclarecendo que não deveria ser dessa forma. Revelou corroborar pela primeira vez com a fala do Vereador João Paulo, declarando que discorda em várias outras questões e que a Câmara estaria conhecendo as questões apontadas neste momento. Disse que desde a menção do Secretário Albano de que o retorno aconteceria no dia 06/09, primeira data anunciada, esteve em contato com o referido gestor e declarou que não tinham condições de retorno. Informou que várias reuniões foram realizadas inclusive com a presença do Procurador Municipal e que frisou à época a questão da vacinação dos profissionais da educação e a estruturação das escolas. Disse não haver todo o material do protocolo sanitário, afirmando que na maioria das escolas nas quais visitaram receberam apenas duas caixas de máscaras com 50 unidades cada e que antes das instituições de ensino iniciarem suas atividades o material havia acabado. Ressaltou que é obrigação do empregador fornecer o equipamento de proteção individual necessário e não o contrário, isto é, que o empregado não tem que levar a

própria máscara e que o empregador que tem fornecer o material incluindo propiciar material em quantidade suficiente para a realização de troca em tempo hábil. Relatou que as estruturas das escolas estão em estado vergonhoso e que durante o período de um ano e seis meses nenhuma ação foi efetuada no sentido de realização de melhorias das escolas, citando a existência de fios desencapados, torneiras estragadas, ausência de iluminação e outros pontos que evidenciam a desorganização que as escolas estão. Destacou as condições precárias das creches e reforçou a necessidade de realização de visita *in loco* para conhecimento e acompanhamento da realidade escolar. Disse que em oportunidade de manifestação na rádio convidou a Promotoria pra ir a campo com o sindicato vistoriar as escolas e tratando da pressão afeta aos diretores municipais declarou ter ciência do fato. Participou aos presentes sobre um episódio acontecido na Escola Municipal "Vereador Jadir Pinto de Azevedo" declarando que a Diretora daquele educandário foi maltratada por ter elaborado um documento conjuntamente ao colegiado escolar no qual comunicava que a escola não estaria apta ao retorno e que a Secretaria Municipal de Educação recusou o documento. Expôs não haver condições e requisitou que a administração pública municipal nos próximos meses do corrente ano, que em sua opinião não trarão grandes acréscimos na vida do aluno, trabalhe em conjunto visando à estruturação das escolas municipais e realize a compra dos materiais necessários para que assim, de forma segura e adequada, as aulas possam retornar no início do próximo ano. O Presidente do Sindicato informou ter recebido uma mensagem nesta data na qual relatava a orientação recebida em uma escola para que o avental utilizado fosse exposto ao sol e reutilizado no próximo dia. Ressaltou que o material em questão deve ser descartável após o uso e salientou que são nessas condições que a administração pública municipal declarou estar apta ao retorno das aulas. Tendo esgotado o tempo de fala do Presidente do SINSERALF o mesmo comunicou que gostaria de um novo momento para exposição de mais situações devidamente comprovadas através de filmagens e fotos que serão utilizadas na confecção dos relatórios de visita de cada escola, e aproveitando o ensejo agradeceu aos vereadores presentes por terem visitado escolas junto ao sindicato neste dia. Frisou sobre a importância da continuidade deste trabalho para fortalecimento da educação municipal e retorno das aulas com qualidade e segurança para todos os envolvidos. Etelvina Rossi rememorou que os conselhos vinculados à educação têm solicitado há anos do Poder Executivo Municipal a questão das reformas das escolas. Citou que há tempos convivem com a falta dessa reforma de modo integral e destacou que os profissionais de educação presentes podem confirmar o fato de que quando se faz necessário reparos, a comunidade escolar é acionada e auxilia nessas questões, pois muitas das vezes não consegue o amparo e execução da tarefa pelo Executivo Municipal. Posto isso, enfatizou a necessidade urgente de planejamento no âmbito educacional, tratando dos aspectos de estrutura, pedagógicos, dos servidores municipais, mediante a revisão da Lei Complementar nº 036/2012 e tendo em vista o Plano Municipal de Educação. Em seguida, a Professora e Analista Educacional, Jemme Fani, da Rede Municipal, tomou a palavra e ponderou sobre a estrutura das Creches Municipais revelando problemas no esgoto, na parte elétrica, vidros quebrados, entre outras coisas. Destacou que são pontos que refletem diretamente na segurança do aluno e que não consegue visualizar crianças de 0 a 3 anos estando seguras num ambiente que apresente essas condições. Dessa forma, deixou claro sua discordância com a volta às aulas das creches municipais em tempo integral. Jemme manifestou que nesse primeiro momento de retorno deveria ser realizado de forma parcial buscando a adaptação e organização das crianças tendo em vista as demandas de hora do sono, da escovação e informou que nenhum professor de educação infantil concorda com o retorno integral das Creches. Enquanto representante das instituições de educação infantis municipais declarou que todos querem retornar, mas desde que sejam atentadas as questões de segurança tanto para

os profissionais da educação quanto para os alunos. Esclareceu que no exercício do cargo de Analista Educacional na Escola Municipal "Marinho Fernandes" no instante em que estavam organizando os protocolos sanitários, por uma questão de logística, perceberam que o único lugar adequado para lanchar seria a quadra esportiva da escola e, que no entanto, durante a organização se depararam com a problemática da infestação de pombos. Falou do empenho dos diretores em resolver as questões e sobre a emissão de diversos ofícios à SEMED requerendo soluções para problemas como os que foram acima referenciados, mas que dada a falta de retorno das solicitações conclui que em consideração a questão estrutural não estão prontos para o retorno e que esse aspecto é parte integrante da segurança e da saúde do ambiente escolar. Jemme expôs que a Vigilância Sanitária esteve na escola em que atua e explicou que desde o começo havia sido errôneamemte divulgada a informação de que a partir do momento de autorização pela Vigilância aconteceria o retorno de forma segura, não sendo divulgado o real papel daquele departamento no momento que se referia apenas vistoriar se os protocolos sanitários estavam sendo cumpridos e que, portanto, a escola seria autorizada para o retorno presencial. Registrou, por oportuno, o agradecimento e parabenização a parte pedagógica da SEMED na pessoa da Senhora Edilvânia Resende, declarando que enquanto Analista se sente amparada pela boa organização pedagógica desenvolvida. Em contrapartida, revelou a sensação de desrespeito quanto ao retorno da forma que está sendo realizado, com a oferta de arroz e feijão aos alunos como merenda e que os professores da Escola Marinho Fernandes estão em greve e que concorda com esse posicionamento, uma vez que deveria ser o sistema atuando na proteção e defesa do professor e o que acontece atualmente é justamente o contrário do esperado. Prosseguindo a sessão, passou-se a fala da Senhora Viviane Arimathea Manulli, representante dos Professores do Ensino Fundamental no CMECL. Viviane disse que além das questões levantadas que se referem à estrutura física e protocolos sanitários que são muito importantes existe uma outra questão séria que não poderia deixar de ser mencionada que é o princípio básico da educação de que todos tenham acesso de forma igualitária e com qualidade. No entanto, segundo Viviane ainda existem pais que não se sentem seguros de levar seu filho à escola e que esse aluno estaria ficando em casa sem nenhuma assistência. Exemplificou através de sua rotina de Professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental o que aconteceu nesse momento de retorno. Disse que na segunda-feira, terça-feira e quarta-feira enquanto estaria atuando de forma presencial o grupo de whatsapp criado como ferramenta para o trabalho remoto estaria temporiariamente fechado e que ainda que tivesse postado um roteiro das atividades e todas as vídeo-aulas da semana, os alunos que não retornaram ficariam sozinhos realizando a tarefa, pois os que estariam recebendo atenção seriam os alunos do presencial. Viviane parabenizou a Diretora da escola pelo trabalho, falou da falta de profissionais dentro da instituição para a realização da higienização constante dos banheiros. Em relação aos alunos que não retornaram ao presencial explicou que algumas mães questionaram se o aluno iria ficar sem realizar atividade até na quinta-feira e quando a professora tentou argumentar que havia sido disponibilizado um roteiro, ainda assim houve a indagação da mãe se a criança realizaria todas as atividades sozinhas sem a orientação do professor. A professora ressaltou que esse trabalho de orientação através do whatsapp era o mínimo que poderia ser ofertado aos alunos e que o professor também tem sido massacrado quando expõe a impossibilidade de retorno, pois a ideia que é transmitida para a sociedade é a resistência do retorno devido ao suposto comodismo do trabalho remoto. Explicou que do quantitativo de vinte e sete alunos para os quais leciona a maioria está em casa, havendo naquela data apenas nove alunos presentes. Reforçou então a argumentação de que esses alunos que não retornaram ficariam sem assistência e que grande parte dos estudantes da Rede Municipal não possui pais com alto grau de instrução para auxiliar seus filhos nas

atividades escolares e que por isso, salienta a literalidade da situação de abandono que estas crianças estão, havendo apenas no período entre quinta e sexta-feira oportunidade do professore repassar com aqueles alunos que não retornaram todo o conteúdo que teria sido ministrado. Ao final, Viviane questionou aos presentes se as questões expostas correspondem ao princípio de educação de qualidade e igualitária. Em seguida, o Vice-Presidente do CMECL, Sr. Roberto, Sant'Ana Lisboa Batista, cumprimentou a todos e externou sua satisfação sobre a presente discussão esclarecendo que desde o ano passado o Conselho Municipal de Educação antecipou essas questões abordadas nesta reunião. Na oportunidade da fala da Senhora Viviane, Roberto relatou que tão logo as atividades escolares presenciais foram interrompidas os professores tiveram que recriar ferramentas de estudo utilizando a internet como principal meio, citando as salas de vídeo-aulas, os grupos de conversas instântaneas em aplicativos e outros. Explicou que nesta data havia lecionado apenas para dois alunos de forma presencial e que trinta e oito deixaram de ser assistidos de forma adequada, havendo então a necessidade de que ele, enquanto professor, arrume mecanismos de reparação pra essa possível perda utilizando-se de gravação de aulas, agendamento de atendimento no contraturno, uma vez que aqueles alunos não podem deixar de ter assistência e acesso ao conteúdo de forma adequada. Assim, ressaltou que este procedimento deveria ser repensado e melhor planejado. Roberto esclareceu que no próximo ano existe a necessidade de implantação da Base Nacional Comum Curricular e que envolve um complexo trabalho para sua execução. Desta forma, apontou que o retorno deve ser repensado em seus aspectos estruturais, avaliando se é compensatório da forma que se encontram as escolas, e que para o próximo ano o planejamento da educação municipal em sua integralidade deve ser fator prioritário para os órgãos competentes, objetivando a revisão de todas as questões expostas. Declarou por fim, que nesta ocasião diante das falas expostas existe uma unanimidade de entendimento sobre o retorno, referenciando o Sindicato, a Câmara Municipal e Conselhos Municipais de Educação. O Conselheiro Municipal de Educação, Sr. Cláudio Maurício dos Santos Souza, passou a fala em seguida e teceu indagações sobre as ações realizadas no período de um ano e seis meses em que as escolas estiveram fechadas e atuando remotamente. Questionou se o repasse do FUNDEB foi realizado durante o período mencionado e mediante resposta afirmativa declarou que não se pode relatar falta de dinheiro para investimento na educação, uma vez que houve economias com os gastos fixos das instituições de ensino tais como água, luz e limpeza. Inquiriu o que foi feito com o recurso não utilizado e o motivo de não ter sido aplicado na reparação das escolas municipais. Em sequência pontuou que no Jornal Correio da Cidade há publicação semanal de processos de licitação de itens que compõe a merenda escolar tais como carne e verdura, assim como materiais de limpeza. Assim, teceu questionamento de exposição de ausência de alimentação escolar se há registro no jornal do processo de licitação desses itens. Argumentou ainda que se o retorno foi efetuado a partir de uma determinação da Promotoria aquele órgão teria que ter redigido um documento no qual assume também a responsabilidade do retorno, uma vez que estaria obrigando o município a assumir o risco da volta às aulas nessas condições. Discorreu que a volta não é possível sem a aplicação de todos os protocolos sanitários e mencionou cidades em que o retorno ocorreu, mas devido às mudanças nos dados epidemiológicos houve nova interrupção das atividades escolares presenciais. Informou sobre as visitas *in loco* realizadas por ele e pela Conselheira Etelvina Rossi em duas escolas de educação infantil mantidas pela iniciativa privada e externou sua percepção da preocupação daquelas instituições como o retorno, seguindo todos os protocolos tais como troca regular de mascáras. Portanto, questionou a justificativa do município não funcionar da mesma forma e voltou a declarar que não se pode relatar como motivo a ausência de recursos, assim como justificativa para a falta de merenda havendo processo licitatório registrado. Ainda

para o cumprimento dos protocolos e a ausência de materiais disse que salvo engano houve denúncia junto a Câmara Municipal sobre desperdício e descarte de álcool gel. O Presidente Walmir pronunciou que no momento em que a Promotoria assumiu a situação exposta foi necessária a assinatura de um termo de veracidade das informações, assim como os diretores escolares também assinaram. Destacou que a partir da assinatura quem o fez assume a responsabilidade das questões envolvidas. Falou do objetivo de reunir todos nesta data, uma vez que são segmentos que representam a sociedade com atuação prioritária para o bem-estar dos alunos e dos profissionais da educação, afirmando que quem assinou tem conhecimento do constado no documento. Referenciando a Diretora Ana Angélica e todos os professores que expuseram anteriormente, declarou ter visitado algumas escolas municipais. Falou sobre o que Ana Angélica enquanto diretora expôs, assim como os professores e que visitou escolas municipais e conheceu a realidade. A Diretora Ana Angélica mencionou que atendeu o que foi requisitado pelo Ministério Público. Roberto Sant'Ana informou que a questão exposta é muito séria, pois a partir do momento que o Diretor assina o Termo de Veracidade das informações prestadas, na realidade ele estaria assumindo também a responsabilidade da escola, declarando ou que está tudo certo ou errado. Afirmou que se estivesse nessa posição do Diretor, ainda que fosse uma determinação do Ministério Público, não assinaria e que responderia aquele órgão que a volta poderia acontecer, mas sem a sua ratificação dessa decisão transferindo então a responsabilidade para quem imputou a obrigatoriedade. A partir do momento que o Diretor assina o termo de responsabilidade ele retira a responsabilidade de quem impeliu o retorno. Externou a opinião de que cada diretor revisasse o termo que assinou e verificasse se realmente iria assumir o que estaria declarando e a responsabilidade do retorno. Walmir Condé indagou aos presentes sobre o entendimento da seriedade do assunto discutido, citando que tem recebido diversas reclamações. Informou que o registro desta reunião será utilizada como instrumento de cobrança junto aos órgãos competentes, em cumprimento ao caráter fiscalizador do CMECL, esclarecendo que a realidade vivenciada pode ser percebida por qualquer cidadão, evidenciando as exposições dos aspectos estruturais e informando que a pessoa apropriada para esclarecer todas as situações seria o Secretário de Educação, Prof. Albano, bem como o Senhor Adão Meireles, Gerente Administrativo. Disse ainda ser o papel dos Conselhos, Sindicato e Câmara Municipal realizar os questionamentos e as devidas cobranças e que irá ser elaborado também um documento requisitando e informando a Promotoria a necessidade de visita para conhecimento da realidade das escolas. Mencionou ser muito importante a discussão para apontamento dos problemas, mas que deveria haver também a proposição de soluções com uma devida reorganização do sistema. A Senhora Adriele Costa, representante do SINSERLAF, explicou que quando foi constituído o comitê para visitar as escolas não teve como intuito apontar os culpados da situação. O objetivo central foi buscar respostas e soluções para os problemas. Argumentou entender a opressão sofrida pelos Diretores e disse que a sociedade tem massacrado o professor afirmando que aquele profissional não deseja voltar e almeja continuar recebendo os seus salários em casa. Afirmou que não há recusa em retornar e que todos os servidores nunca tiveram medo de sair para trabalhar, mas que exigem condições dignas de trabalho e condições de segurança para os alunos. Informou que quando os vereadores foram convidados para visitação às escolas, por diversas vezes foram cobradas respostas e não tiveram o devido retorno e que a condição em que as escolas se encontram antecede, e muito, ao período da pandemia. Que quando chegou na escola para trabalhar já havia enviado uma nota para a Semed registrando a falta de condições de trabalho e que não foi a diretora que mandou, mas sim o Comitê. Visto que vivemos uma democracia a diretora acatou a decisão do Comitê e enviou a nota dizendo que não tinha condições de receber os alunos na escola. Adriele declarou que quando a

nota não foi aceita pela Semed foi dito que os servidores daquela escola teriam que trabalhar ou entrar em greve, revelando seu entendimento de que os servidores não estariam definindo pela paralisação das atividades, isto é, decidindo pela greve, mas sim requisitando com base em normas de segurança as condições dignas de trabalho. Ressaltou que nesta data convidou os vereadores pra visitarem uma escola de Ensino Fundametal, que se parecia mais com uma escola de natação porque não tem condições de entrar em todas as salas, por estarem alagadas. Ponderou que se pergunta caso a chuva tivesse começado com os alunos já dentro da sala de aula o que seria feito com eles. Ressaltou que não deseja procurar culpados, que requer soluções e que o direito da educação de qualidade estaria previsto no artigo 1° da Constituição Federal. O Senhor Valdney, ratificando a fala da Senhora Adriele Costa, afirmou que o sindicato tem tentado junto a Semed constantemente obter as informações devidas e que, no entanto, a Semed teria se fechado para esse diálogo. Valdney manifestou que recebeu a informação de que uma escola teve que comprar frango para complementação da merenda escolar porque só havia sido entregue arroz e feijão. Colocou que ainda assim, quanto à volta as aulas, o Professor Albano responde que a Rede Municipal de Ensino está apta ao retorno. No entanto, Valdney afirmou que não tem escola apta ao retorno às aulas na Rede Municipal de Ensino e o que está ocorrendo na verdade, é um desrespeito. Destacou que tem conhecimento da pressão que os diretores estão sofrendo, defendendo que poderia ser constatado nas assembleias do SINSERLAF, e que teria diretor que através de um telefonema havia reclamado que não quis assinar o Termo de Veracidade, mas que foi coagido a assinar. Enfatizou que sempre defendeu a gestão democrática do diretor por eleição, para o gestor justamente poder "falar na cara de quem for" porque enquanto diretor estará respaldado, expondo que no entanto, a administração pública municipal de Conselheiro Lafaiete insiste nesta política de "diretor por favor", por policiticagem e infelizmente, pelo diretor possuir família, ter que levar o sustento pra casa e acaba se submetendo a determinadas situações. Se dirigindo ao Professor Albano declarou que o que a Semed e a administração pública municipal estão fazendo é um assassinato aos nossos servidores e às crianças da Rede Municipal de Ensino de Conselheiro Lafaiete, afirmando que é uma irresponsabilidade da Semed. Disse que tem ciência de que o Professor Albano não assumiu a Secretaria Municipal de Educação agora, mas sim no início do ano e apontando que estamos no mês de outubro. Afirmou saber que as escolas foram e estão sucateadas no decorrer dos anos, mas que o Secretário de Educação também tem uma parcela de culpa porque está a dez meses à frente da administração da gestão da Semed e que está retaliando o servidor público, quando não aceita um documento que foi feito por uma escola, por todos os serviores ali presentes, que vão estar diretamente ligados ao problema. Ademais, expôs que enquanto isso o Secretário de Educação estará dentro do gabinete dele. Valdney afirmou que para ele isto é um desrespeito, e um crime contra os alunos e seus pais, pois do jeito que estão as escolas, o risco de contaminação é enorme destas crianças levarem pra dentro de suas casas e contaminarem suas famílias. Informou que não é porque alguns familiares e servidores já tomaram duas doses de vacina que estão totalmente imunes e que podem ter comportamento diferente ao serem contaminados com o vírus. Defendeu a necessidade de se repensar no retorno e que não adiantaria forçar a voltar às aulas. Que o que teria que ser feito enquanto gestor de uma Secretaria é a apresentação da verdade para a comunidade de Conselheiro Lafaiete e expor que as escolas não têm condições de retornar agora para o regime presencial e que iriam trabalhar a partir desse momento com afinco para que no ano que vem o retorno possa ocorrer de forma segura. Argumentou que seria muito mais bonito para a Semed e para a administração pública municipal fazer isso do que o que estão fazendo no momento atual e cortando dia de trabalho de servidor de maneira covarde, pois são pais de família que levam sustentos para dentro de suas casas e por ordem dele,

Secretário Municipal de Educação, que mandou para as escolas um e-mail e que isso é um crime contra os servidores, alunos e pais de alunos. Esclareceu aos presentes sobre a tentativa de ida a uma escola da zona rural e que, no entanto, não conseguiram chegar ao local devido ao volume de barro na estrada, dizendo ser uma vegonha e lamentando a situação. Valdney implorou a Casa Legislativa que ajude neste aspecto e que não seja permitido que isso ocorra dentro do município. Asseverou que quando estiver tudo certo ele será o primeiro a chamar os servidores para retornarem ao regime presencial. Continuando, declarou que tem dois flhos e que faz questão deste retorno, mas que em uma escola digna, íntegra, apta a recebê-los e não de qualquer jeito. A Conselheira do CACS Fundeb, Senhora Patrícia Eugênio, lembrou das crianças da educação inclusiva esclarecendo que as Monitoras têm que retornar três dias presenciais e que os alunos que não forem presencialmente não vão ter atendimento. Explicou que são todos os dias que prestam esse atendimento e que não tem condições de atender aqueles que estão na sala de aula ao mesmo tempo dos outros que não retornaram, trazendo prejuízo então aos alunos que não retornaram. Argumentou que a situação já se encontrava complicada no que se referia ao atendimento desses alunos e que seria necessária uma revisão das circunstâncias, pois as Monitoras estariam muito cansadas. Solicitou que houvesse reflexão acerca do caso de um aluno, por exemplo, estar com coriza e espirrando em cima do Monitor e que sugere segurança, mencionando as questões afetas ao distanciamento com essas crianças. A Professora Liamara Verdolim, representante do SINSERLAF, pediu as entidades presentes que verificassem também, revelando sua preocupação durante a realização de visitas às escolas, a diferença entre reforma e pequenos reparos. Pontuou que no seu entendimento a realização de reforma no âmbito da administração pública municipal requer o processo de licitação, e que deve-se priorizar a questão da qualidade do material. Pediu que se olhasse com atenção a questão das licitações citando que em julho de 2019 sete educandários foram reformados durante o recesso. São elas: Arnaldo Rodrigues Pereira, Riccardo Medioli, Josepha de Melo Chaves Brandão, Gertrudes Cops, Marechal Deodoro da Fonseca, Paraíso da Criança, Monsenhor Antônio José Ferreira. Registrou que existem fotos no site oficial do município destacando que o que foi visto durante as visitas não corresponde ao que foi visto sobre as reformas. Pediu aos conselheiros e Executivo Municipal que veriquem com estas empresas que prestam os serviços a qualidade do material que está sendo utilizado nas escolas. A Professora Gildeia Campos, representante do SINSERLAF, informou fazer parte da comissão que tem visitado as escolas municipais e ressaltou que conforme foi dito anteriormente, a situação é precária na maioria das instituições de ensino. Apresentou que se discute sobre a demarcação do chão e das paredes das escolas, mas que isso não é garantia sanitária, sendo a matéria muito mais ampla e complexa. Quanto aos insumos, por exemplo, revelou que foi percebido que as escolas receberam a mesma quantidade de metarial ainda que contassem com número de alunos diferentes, enfatizando que deve haver planejamento e que os insumos são insuficientes estimando a duração de uma semana de aula apenas. Disse que algumas escolas complementaram com o dinheiro que tinham referente à verba do PDDE, e que as que tiveram um recurso maior conseguiram avançar um pouco nessa questão do protocolo, mas as que não têm estão aquém e vão ter que retonar da mesma forma que as que tem mais poder aquisitivo e destacando que não considera a situação justa. Ponderou que a sua fala é em cima do processo de licitação e que deve ser fiscalizado, relatando que em outra ocasião ocorreram problemas em relação ao fornecimento do papel higiênico, justificado por causa da licitação. Apresentou que já faltaram luvas e feijão nas escolas e que à época foi realizada uma vaquinha entre os profssionais para a compra dos referidos itens faltosos. Afirmou que tem alguma coisa estranha porque há anos não está sendo cumprido com o que tem que ser feito e, posto isso, requisitou à Casa Legislativa a verificação desta

questão. Gildeia expôs o esgotamento dos professores e profissionais da educação e pontuou que além do massacre e do trabalho dobrado, os servidores estão cansados de tirar do próprio bolso pra suprir uma falha do Executivo. Esclareceu que tem que parar de tirar do próprio bolso e exemplificou a situação como uma mãe que passa a mão na cabeça do filho que está errado. Disse que o pai e a mãe não sabem desta falta de recursos para os filhos. Retornou a fala dos problemas relativos à licitação explicando que quando uma torneira está quebrada na escola e é realizado um pedido de conserto à Semed, não há retorno e o problema é justificado pela licitação. À vista do exposto, solicitou o apoio da Câmara Municipal. A Professora Maria das Dores Silva Chaves, Presidente do CAE, pronunciou que ela e o Senhor Arthur dos Santos Félix representam o Conselho de Alimentação Escolar e que diante das falas desta reunião percebeu que a merenda é o menor dos problemas apontados. Revelou que solicitaram à Semed uma resposta sobre os kits, sobre a distribuição dos mesmos e sobre os itens que faltaram. Informou que no ofício de resposta da Semed constava que os kits foram montados e que num primeiro momento foram enviados esses itens e que os alimentos perecíveis não foram enviados devido às incertezas da primeira semana de retorno, pois não sabiam o número de alunos que efetivamente voltariam e que poderiam estragar. Esclareceu ainda que de acordo com o ofício de resposta na segunda semana do retorno, os hortifrutis seriam enviados para distribuição e que com relação às carnes houve um problema na licitação dado o aumento dos preços havendo previsão de envio na semana seguinte. A Professora Gildeia perguntou sobre o repasse dos valores da merenda escolar e a Presidente do CAE informou que era realizada a transferência em dez parcelas. Maria das Dores explicou que os trabalhos do CAE com a atual composição é recente, o que é de conhecimento é o repasse em dez parcelas . Gildeia perguntou também sobre os kits alimentação e a sua respectiva distribuição. Maria das Dores pronunciou que o Gerente Administrativo da Semed, Senhor Adão Meireles, poderia explicar melhor essas questões e que a princípio a informação repassada era de que seriam distiribuídos de três em três meses. Para finalizar a Presidente enfatizou o recente começo das atividades, mas que tem realizado o acompanhamento. A Professora Patrícia Rodrigues Pinto, representante do Sindicato e servidora de Creche Municipal, falou das "creches largadas". Disse que de um total de oito, foram visitadas sete, faltando apenas a Creche localizada no bairro Santa Matilde. Comentou que na creche em que trabalha o prédio não comporta a quatidade de crianças. Que o imóvel é alugado e que ela trabalha em uma sala de 2,5m x 3m com 8 crianças. Destacou que esteve com o Gerente Administrativo, Adão Meireles, e pediu a ele o que já havia sido solicitado através de ofícios, pontuando que ela troca as crianças no chão e questionando como poderia ser feito isso na pandemia. Indagou também como deixar crianças assim nessa escola. Afirmou que a Creche do bairro Vila Resende tem trincas, rachaduras e janelas com vidros quebrados. Contou que a Creche do Bairro Santa Cruz, Augusta Paulina do Nascimento, funciona em um galpão e que não tem janelas, que na visita constatou-se que o álcool em gel estava quente, que na sua sala não tem ventilação. Argumentou que por se tratar de um ímovel alugado deveriam procurar um lugar propício para o funcionamento de uma unidade de Creche e exprimiu que na cadeia os detentos estão em melhores condições porque representantes dos direitos humanos os visitam, mas que na escola não vão porque se fossem não dariam a Creche como apta ao funcionamento neste local. A Presidente do Conselho do Fundeb, Etelvina Rossi, concluiu dizendo que foram muito oportunas as falas para que os profissionais e demais representatividades expusessem suas percepções, fatos da realidade educacional municipal destacando sobre a falta de investimento que teve durante anos. Disse que é muito urgente rever tais questões e que olhando para a folha de pagamento é notória a necessidade de conhecimento das questões. Revelou que sua fala não é porque deseja ser diretora escolar, ressaltando que não tem interesse em ocupar o

cargo e que adora o trabalho que exerce de Analista Educacional, mas é preciso dar qualidade pra escola e que quando tem um diretor que é da comunidade ele ajuda a fiscalizar junto à sociedade, que existe continuidade do trabalho e uma proposta pedagógica da escola e não proposta de governo que se altera de acordo com as mudanças. Informou que ajuda a Secretaria de Educação, pois o intuito é que se apresenta neste momento, isto é, conversar de forma clara a fim de que se possa chegar em um denominador comum. Enunciou que cada pessoa tem um meio, mas que todos querem em unanimidade oferecer qualidade para todos os alunos. A diretora Ana Angélica esclareceu sua exposição quanto a gestão escolar, argumentando que existe uma discussão em andamento sobre a ocupação do cargo de diretor ser de prerrogotiva do executivo, revelando que não tem interesse de participar, e que quis explicar em sua fala que a argumentação de a escola estar naquela situação não se deve ao fato do diretor ser eleito ou não, isto não é verdade. Ressaltou que o fato de a escola estar naquela situação é relacionado aos anos que se passaram e que só vem sendo maquiada a situação. Falou que a escola que ela dirige não precisava de pintura, pois a Associação do bairro ajuda, e que torneira quebrada não tem porque fazem reparos com a verba do PDDE, com a equipe, e que ficou chateada com esta exposição, assim como os demais, por quererem responsabilizar os diretores com um julgamento que desconhecem. Manifestou que a partir do momento que a Semed, SINSERLAF e os Conselhos se reunissem e vissem que a situação não estava favorável para o retorno das aulas presenciais, a medida a ser tomada seria contatar o Ministério Público e expor a situação e não achar o culpado que só tem que seguir uma determinação. Disse que a discussão se referia a possibilidade de ser efetuado desta forma o retorno e se o que foi solicitado pela Vigilância Sanitária para a Semed estava sendo cumprindo verificando se as escolas estão dentro do protocolos. Citou que tem servidor realizando cobranças sem ter realizado a leitura do protocolo explicando que EPI e paramentação são para os servidores que atuam com crianças de 0 a 3 anos. Falou que por mais que a escola queira manter não tem como apenas com a verba do PDDE. Em seguida, os presentes manifestaram que pelo protocolo todos os servidores têm que ter máscara e álcool em gel. A Presidente do Conselho do Fundeb, Etelvina, citou a necessidade de lutar pela gestão democrática no município e que dada a nova redação das normas a gestão democrática está atrelada aos repasses do FUNDEB. Em continuidade a sessão, o Secretário de Educação, Professor Albano, manifestou que já tinha compromissos previamente agendados nesta data e mencionando o caráter de urgência desta reunião agradeceu pelo convite recebido. Ressaltou que já tinha compromissos com fornecedores, bem como para tratar de outros assuntos da pasta e que achou melhor primeiro escutar a todos os presentes. Agradeceu pelos posicionamentos de cada um e que os mesmos ajudam a uma reflexão para procurar tomar as medidas adequadas visando sempre melhorias para a educação. Ressaltou duas situações a ponderar em relação à Vigilância Sanitária que é a responsável pela avaliação de apta para as escolas. Em relação às medidas de segurança protocolares, informou que já estão com 27 (vinte e sete) escolas prontas para o retorno, pela documentação exigida e pela vistoria do referido órgão. Declarou o respeito pelas manifestações realizadas e o pensamento de que se a Vigilância Sanitária está avaliando as unidades educacionais e emitindo laudos de aptas, e que não tem nenhum diretor que assinou alguma documentação mentirosa ou que tivesse algum equívoco, até porque a presença da Vigilância Sanitária de vistoria não está condicionada ao início das aulas pelo protocolo, mas o referido órgão vai agendando isto e posteriormente fazendo essa conclusão da aptidão dos estabelecimentos educacionais. Revelou que realmente em relação a algumas escolas não será possível o retorno. Destacou que como a Creche Augusta Paulina do Nascimento não tem ventilação mínima do protocolo, ela não atende ao exigido e que não é uma coisa simples. Explicou sobre a diferença entre reforma e

pequenos reparos. Que a grosso modo pequeno reparo é aquilo que se faz sem quebradeira, fechando e abrindo paredes ou quebrando lugares. Exemplificou que são trocas de torneira, aspectos da parte hidráulica e outros. Já as reformas esclareceu que são mais exigentes, mais estruturais e que exigem um projeto com maior estrutura. Enfatizou que em outras escolas que constam na relação, umas duas não conseguem retornar este ano tendo em vista a impossibilidade no local onde estão situadas, algumas estão passando por locação de novos prédios e outras por adequações mais necessárias de reformas que não ficaram prontas. Pontuou que desde o início do ano a Semed vem discutindo com a administração municipal estas questões e que não há inércia nesse sentido. Que existem processos a serem seguidos, que uma reforma não sai de uma hora para outra, mesmo as de pequenos reparos, e que a Semed não pode simplesmente executar, que é preciso planilhar. Falou das mudanças de preços que se alteram de 15 (quinze) em 15 dias pelo Governo Federal e que os processos demoram. Têm que ser refeitos e que são situações não muito ágeis, que as licitações não são simples, que variam. Mencionou que certas empresas não entregam os produtos e que estão até preferindo pagar a multa contratual do que entregar os produtos. Esclareceu que em relação aos encaminhamentos não tem nada travado e que não há omissão da Semed nesse sentido. Assinalou que contam com quatro engenheiros somente por conta da educação, que tem feito todas as planilhas dos pequenos reparos, quanto para obras. No que tange à realização de reforma informou que tem que ter projeto com medição, outros referenciais elétricos e hidráulicos ressaltando que são vários passos a serem seguidos e que estão agilizando tudo, para deixar o máximo pronto para esse ano, para justamente realizar o empenho neste ano. Elucidou que a Semed vai deixar planilhado este ano para ser executado no próximo. Na oportunidade, Etelvina questionou ao Secretário com quais recursos as reformas serão custeadas. O Professor Albano respondeu que com recursos próprios, recursos do município, recursos de aumento de arrecadação do ICMS, recursos que tiverem algum vínculo com a educação e que forem passíveis de utilização. Etelvina perguntou também se a programação revelada é para este ano ainda. Albano explicou que recebeu questões advindas de bastante tempo, mas que as reformas que forem mais tranquilas serão realizadas e as que forem mais amplas não conseguirão realizar esse ano. Atualizou que são vinte e sete escolas e que algumas estão dependendo da Vigilância Sanitária. Em relação às Creches, por exemplo, o órgão ainda não analisou a documentação. A Presidente do CACS questionou o que a Semed considerava estar apta. Albano respondeu que não é a Secretaria de Educação, mas sim a Vigilância Sanitária e que ela considera a parte documental e o que foi entregue: protocolo, Termo de Inspeção, Termo de Veracidade e documento de visita e que o próprio protocolo registra a necessidade da visita da Vigilância Sanitária. Etelvina perguntou se a Vigilância Sanitária realizou visitas nas vinte e sete escolas e o Secretário respondeu afirmativamente. Explicou que aquele órgão tem feito as visitas e inspeções. Considerando a fala do Secretário Albano, Valdney expôs que quem está liberando a escola é o diretor. Revelou que a partir do momento que o gestor escolar assina o relatório com o Termo de Veracidade o mesmo é inserido no site com a declaração de apta para aquele estabelecimento e que só depois a Vigilância Sanitária vai à unidade educacional. Expressou que a Vigilância Sanitária segue um decreto do gestor. Valdney falou do seu entendimento de que o corpo técnico é a Vigilância e por isso, quem tinha que ter criado todo o protocolo de retorno e o material elaborado ter sido transformado em decreto deveria ser a própria Vigilância, porque aquele órgão que teria conhecimento da causa. Reforçou que não tem sido da forma como está sendo apresentado. Que estão "colocando nas costas do diretor" e que isto é desrespeito com o cidadão, com as crianças. Enfatizou que é melhor falar que não tem condição de retornar presencialmente com as aulas. O Secretário Albano respondeu que os termos são uma questão protocolar da Vigilância

Sanitária e que não interferem diretamente e que depois ela faz a vistoria e que ele dá a veracidade naquilo que foi documentado. Informou que as reformas irão acontecer. Outro ponto de explicação geral é que se precisar pedir documetação a Semed encaminhará. Da alimentação escolar e dos kits falou que foram um a mais para confecção das merendas. Esclareceu que não foram alguns gêneros devido à nova regulamentação do FNDE do PNAE e que as nutricionistas poderiam explicar melhor. Destacou que vão começar a encaminhar nas próximas semanas, que esta semana foi atípica e que não foi falta de planejamento. Que não se sabia se os pais realmente iriam mandar os filhos e quiseram acompanhar essa evolução ao mesmo tempo que estão fazendo os ajustes necessários. Disse que só os itens perecíveis não foram enviados e que se tivessem ido e não fossem utilizados poderiam gerar danos maiores. Então que foi seguindo regulamentações e por uma prudência. Etevina perguntou sobre o PDDE Emergencial e questionou se a Semed tem conhecimento disto questionando se foram comprados itens de alimentação e EPI's com esta verba. O Secretário respondeu que não tem conhecimento se compraram itens de alimentação escolar. Explicou o que é o PDDE Emergencial, dizendo se tratar de um recurso que é gerenciado pela escola e depende do quantitativo de aluno e que foi criado durante a pandemia. Que era justamente para as escolas utilizarem e que num momento inicial foi feito um relatório para evitar que as escolas adquirissem as mesmas coisas e deixassem de investir no que era essencial, e que perceberam que elas investiram de forma correta. Etelvina perguntou sobre os insumos que devem ser distribuídos a todos os servidores relativos à proteção individual e indagou se a Semed tem planejamento para a oferta. Albano falou que tem sido distribuído gradativamente de acordo com o retorno, a demanda e com o estoque. Etelvina questionou se vai haver falta desses materiais e o Secretário respondeu que tem expectativa de que não falte. Etelvina perguntou sobre as licitações. Albano disse que licitações existem dos vários tipos para as várias situações. Explicou que para aquilo que necessita nesta primeira quinzena o Setor de Licitação já deixou reservado agendamentos para atendimento só da educação, visando as reformas, itens de aquisição e que já estão planejados. Esclareceu que tem licitação que é frustrada, que tem que fazer repasses, tem situações de que o primeiro colocado não atende, tem que passar para o segundo, que tem um trâmite maior e que dúvidas maiores poderiam ser eviadas para a Secretaria de Administração a fim de que respondessem as questões mais técnicas. Em seguida, Adriele Costa declarou, levando em consideração que o Laudo de Aptidão é dado de acordo com o protocolo sanitário e que as escolas estariam aptas pra voltar de acordo com tal protocolo, que a Semed teria o conhecimento da real situação das escolas e indagou como se daria o recebimento dos alunos com essa situação. Informou que apesar de estarem de acordo com o protocolo existe a questões já apontadas do lagamento da escola em que atua e que estão em período de chuva. Requisitou informação de qual deve ser o procedimento adotado e qual a orientação da Semed. O Secretário de Educação falou que o período de chuvas intensificou e essa questão tem sido acompanhada com as equipes responsáveis para a intervenção necessária e que tem sido feitos os ajustes. Adriele perguntou o que será feito até que seja realizada a intervenção na escola Jadir Pinto de Azevedo, questionando se os alunos serão recebidos. Albano argumentou que a situação deve ser analisada e que tem colocado nesta ocasião apenas as questões dos protocolos e que em relação à estrutura tem que ser avaliado se é realmente um fato impeditivo. Aline Gherardi, representante dos Analistas Educacionais no CMECL, interrogou qual a função do Comitê Escolar. Albano respondeu que o Comitê foi instituído pelo protocolo sanitário do Estado e que foi adaptado à prática da escola. Que é um grupo escolar preferencialmente gerenciado pelo diretor escolar para ajudar nos encaminhamentos do retorno das aulas e nas situações de acompanhamento do retorno escolar, como ponto de apoio à instituição de ensino. O Comitê da Educação foi criado por

uma recomendação da macrorregião Sul no final de janeiro e fevereiro do corrente ano visando trabalhar esse retorno das aulas. Informou que o Comitê de Gerenciamento está ativo, mas não tem reuniões agendadas porque agora as reuniões só terão sentido se houver situações de indicadores não favoráveis dado o retorno das aulas. Aline Gherardi explicou que sua pergunta se referia ao Comitê instituído no âmbito de cada escola para acompanhar. Revelou que houve a visita da Vigilância na instituição em que atua e que não houve check list, mas a escola foi dada como apta. Explicou que diante da situação o Comitê daquela Instituição de Ensino se reuniu e definiu que a escola neste momento da primeira semana não tinha condições de voltar pelo que já foi exposto da situação das chuvas e foi então elaborado um documento e encaminhado para a Secretaria de Educação para saber qual procedimento seria feito. Destacou que no entanto, tal documento não foi aceito na Semed informando-se a obrigatoriedade de retorno. Aline elucidou que na escola os servidores não estão de greve até porque a escola não está apta ao retorno e isso não justifica a adesão da greve e houve uma recusa conforme o direito de recusar constante na Norma Regulamentadora n.º (NR-01), na qual preceitua que se o trabalhador não se sente seguro no seu ambiente de trabalho, se ele está em condições insalubres, existe o direito a recusa e informar ao empregador. E foi o que fizeram naquela escola. Explicou que o ocorrido em seguida ao comunicado emitido pela escola foi um e-mail encaminhado pela Semed informando que os servidores teriam o pagamento cortado porque não retornaram ao trabalho presencial. Aline perguntou se essa informação procedia. Albano disse que a informação de ter pagamento cortado não é o termo que foi utilizado e nem a orientação. O que foi orientado pela Procuradoria Municipal, explicando que a Semed não funciona isoladamente e sim em harmonia com outros órgãos do município, é que dentro desse contexto tem que justifcar a ausência dos servidores. No caso da greve foi esta a justificativa: greve sanitária. Albano pontuou que se houver ilegalidade da greve terá a reclamação desses dias ausentados. Aline perguntou sobre orientação do caso da Escola Municipal "Jadir Pinto de Azevedo". O Secretário informou que consultou a Procuradoria e a orientação que recebeu foi de que o documento que é valido é o da Vigilância Sanitária e o documento da escola não se apresentou juridicamente com força pra respaldar um adiamento do retorno das atividades presenciais. Aline questionou mais um vez o motivo da criação da comissão da escola a partir do momento que ela emite uma informação conhecendo a realidade daquela escola. Na oportunidade, convidou o Secretário para que ele visitasse a escola, e pontuou que deveria ser ao menos verificado *in loco* o que a Comissão pontuou ao invés de recusar o documento. Albano esclareceu que o que foi apontado era o que ficou ponderado com a Procuradoria Municipal ressaltando que os gestores não tratam as coisas de forma isolada e que foi em conjunto com a administração municipal que foi feita esta ponderação. Se dirigindo a Senhora Aline informou que se quiserem reforçar esse questionamento à administração municipal para que se enviem uma resposta com os embasamentos que estão aqui sendo colocados a escola tem total autonomia para fazê-lo. Aline questionou que se é a Semed a gestora das escolas se não é para ela que deve ser direcionado e o motivo de ter que ir além nos encaminhamentos e requisições de esclarecimentos. Albano reforçou que não administra de forma isolada e que se existe essa situação é porque foi validada pela Procuradoria Municipal. Aline disse que entende que se a escola não está apta ela não precisa entrar de greve, mas se a escola está apta e o servidores se recusam a retornar ao trabalho presencial nem a questão da greve deve constar. Mas não é o que está acontecendo naquela escola, e que a Semed foi notificada de tudo: sobre pombos que defecam na comida, sobre o telhado e sobre o que deve ser feito nesta situação. Adriele reforçou que não existe recusa em trabalhar, mas o que os servidores requerem são condições de trabalho e que a greve não é sobre não trabalhar e sim se expor em uma situação insalubre. Aline disse que como Professora se

recusa a trabalhar, mas como Analista está na escola todos os dias pra adequar a unidade educacional. Argumentou que todo mundo que é professor está trabalhando muito mais do que o habitual, reforçando que greve é deixar de trabalhar e que eles não deixaram de trabalhar. Valdney disse que a greve é sanitária pelo ambiente de trabalho que é diferente da greve geral que deixa de trabalhar e que não trouxe prejuízo ao município no ensino remoto, declarando que quem trouxe foi a Secretaria quando colocou de forma impositiva de que deveria aceitar aquilo que se estava propondo. Pontuou que continuam sendo feitas as entregas do material dos kits justamente para não haver prejuízo. Afirmou que foi deixado claro aos servidores que não poderiam deixar o trabalho remoto e que a luta dos profissionais é por um ambiente adequado. Que quando se fala que está adequado através das visitas eles confirmaram que não havia material suficiente e que tinha escola que antes do retorno já havia acabado a caixa de máscara. Falou que a Semed quer que cada servidor leve seu EPI e que a máscara é para ser trocada de três em três horas. Etelvina Rossi perguntou por que o Executivo não aceitou a greve. Albano explicou que no que se refere à greve entrou-se com um mandato de segurança e que está sendo julgada. Que o entendimento foi de achar que as escolas estão aptas pela Vigilância Sanitária. Gildeia expôs suas dúvidas quanto aos trâmites para declaração de aptidão das escolas explicando que o Diretor encaminha documentos protocolares para a Vigilância Sanitária e assina ao final do último parágrafo do Termo de Veracidade atestando a veracidade das informações e também informando que aguarda a visita da Vigilância para o prosseguimento dos trâmites. Assim, questionou a razão de imediatamente após a assinatura do Termo pelo diretor já constar no site que a escola está apta. Disse querer explicações do fato e informou que alguns diretores inclusive fizeram observações no documento e que a Vigilância Sanitária colocou ainda assim, apta ao retorno. Questionou que Vigilância é essa que não vai ao local e já atestou que a escola está apta. Além disso, questionou sobre o Termo emitido pelo referido órgão, que declara que foi realizada a vistoria do local de acordo com os protocolos da Covid-19 e queria que fossem feitas maiores explicações para o exposto, pois é atestado que a escola cumpriu com todos os protocolos e que isso não acontece. Convidou aos presentes a conhecerem o Termo de Visita e informou que em suas pesquisas detectou que o instrumento está errado. Que tem que mencionar as características do local que visitou, como que encontrou, o que encontrou, em quais condições e que no Termo emitido não tem nada disto. Que gostaria que a Câmara Municipal atentasse para essa questão porque a Vigilância Sanitária torna a escola apta sem ter ido ao local, sem ter vistoriado e quando vai ela não sabe informar as reais condições. Disse que no Decreto registra que as escolas têm que ter lixeira com tampa acionada com pedal e que a maioria das escolas não possui. Que o bebedouro está inadequado, que não estão registradas as questões estruturais. Etelvina esclareceu que a Vigilância foi convidada a participar desta reunião, mas nenhum representante compareceu e que não houve justificativa do não comparecimento. Que por isto ninguém está ciente sobre como está a questão. Valdney disse que em um mês de greve sanitária o município não judicializou a greve, que quem judicializou foi o Sindicato. Albano disse que a greve foi judicializada na semana passada. Albano pediu desculpas e que teria que se ausentar da reunião, pois conforme falado estariam com fornecedores aguardando e que mesmo respeitando as posições, entende não serem assim, mas quanto à Semeed, está aberta para responder o que for requisitado. Etelvina questionou sobre as Creches perguntando qual a justificativa para mudança constante do retorno. Albano falou que a data mudou só uma vez e pode ser mudada porque estão atentos às questões de adequação e que se conseguirem vão retornar até o dia 25/10. Cláudio indagou se o que foi falado pelos Diretores seria verdade, que só teriam fornecido arroz e feijão. Albano falou que o cardápio foi mais restrito para se evitar o desperdício e que foi uma semana atípica. Que

representantes do Setor de Nutrição poderiam falar especificamente sobre o cardápio. A Vereadora Damires Rinarlly perguntou sobre esse período de aulas se é possível não retonar esse ano e apenas no ano que vem para que sejam refeitos os cálculos e planejamentos necessários. Albano respondeu não se tratar de uma questão de imposição do Ministério Público, mas sim pela existência de um indicador de saúde que não permite retardar esse retorno das aulas, diante de um panorama geral. Ressaltou que quando se fala panorama geral não fala só em Ministério Público, mas envolve outras áreas também nas quais entendem que não existe motivo de recusa do retorno das aulas. Informou que não existe nenhum documento do Ministério Público mandando retornar às aulas. Que isso é uma norma geral dentro de indicadores de saúde que são respaldados pelas macrorregiões de Minas Gerais e respaldados pelo Governo do Estado. Salientou que estas manifestações vão surgindo no decorrer do processo. Se despediu deixando aberto para responder aos encaminhamentos. O Presidente Walmir Condé agradeceu a partipação do Secretário Albano externando mais uma vez os objetivos da reunião. Albano se despediu parafraseando São Franciso de Assis e disse que os tempos tem sido de medo, um momento novo e que vão caminhando como for necessário e viável. Em sequência passou a palavra a Senhora Francislaine Souza, Nutricionista da Semed, informando que nesse primeiro momento foram enviados gêneros alimentícios e que não foram enviados hortifruti e carne pela questão que o Albano já havia posicionado e que quiseram avaliar nessa primeira semana atípica pra verificar se não ia ter desperdício. Informou que a partir desta data e de amanhã estariam sendo distribuídos os hortifrutis e carne. Confirmou que na primeira semana realmente foram distribuídos somente os gêneros arroz e feijão, macarrão, tempero, sal e óleo de soja. Que o básico da alimentação é arroz com feijão, isto é, os macronutrientes e explicou que os micronutrientes viriam dos legumes e verduras. Ressaltou que estes últimos itens mencionados seriam fornecidos a partir dessa semana. Walmir afirmou que todo mundo conhece a realidade das escolas e esclareceu que quando visitou escolas e creches foi pra fazer visitas tranquilizadoras. Falou que mediante o retorno gradual das aulas presenciais é papel do Conselho fiscalizar e que se não houver condições, indicar o fechamento da escola. Rememorou que saindo de uma visita a uma creche havia esgoto emergindo, que se quando voltar aquela unidade e tiver do jeito que estiver o Conselho deve fiscalizar. Cláudio Souza pontuou que segundo a fala do Secretário Albano não existe documento de Promotoria. Walmir ressaltou sobre exercer o papel de fiscal e que o CME tem cobrado através de vários ofícios questionando diversas informações. Patrícia disse que tem escola pedindo para "fazer vaquinha" pra comprar açúcar. Valdney Roatt disse que uma das coisas mais importantes é ter a Casa Legislativa ao lado da comunidade e que deve sair desse momento com um documento e enviar o mesmo para a Promotoria e provar que o retorno das escolas municipais é impraticável e que o município está "jogando" em cima do Ministério Público a irresponsabilidade do Executivo. Disse ser fácil responder que tem indicadores, mas o fato é que não podem retornar as aulas porque esses indicadores que permitem o retorno são com todos os protocolos, com todo material, e com a estrutura necessária, e que as escolas não têm. Que desejam retornar de qualquer forma e de qualquer jeito impondo a comunidade e servidores, bem como a todos que compõem a administração pública municipal. Walmir falou que todos querem dignidade para os alunos e para os servidores e afirmou que seria feito um documento, o mais breve possível, e agendamento de uma reunião com a Promotora. O Presidente do CMECL manifestou que a reunião foi boa para mostrar o que é a realidade. Valdney ressaltou que na própria fala do Secretário ficou claro que várias coisas ainda vão entrar em licitação, e que ainda hoje não estão prontas. Arthur Félix, representante do CAE, disse que começaram a atuar recentemente e que estão trabalhando para entender, pra levar todas as respostas em relação à merenda escolar e vão começar a

cobrar uma alimentação melhor para estas crianças. Etelvina, para encerrar, visto todas as questões, disse que será elaborada um registro da reunião e encaminhado dando ciência ao Ministério Público, de todas as questões que o Executivo tem colocado de uma forma e que na prática não se finaliza do mesmo modo e tentar agendar uma reunião com o órgão. Disse também sobre a definição de encaminhamento do registro para o Comitê de Gerenciamento, à título de ciência, já que esse Comitê é o que faz o acompanhamento do processo de protocolo e do retorno. Explicou sobre as representatividades do supramencionado Comitê e informou ter enviado e-mail para o Albano, enquanto Presidente do Comitê, e que ele havia suspedindo as reuniões. Falou sobre a necessidade de ajuda no planejamento. Disse da importância de se dar ciência ao Ministério Público da matéria discutida e solicitar providências. Argumentou sobre a falta de investimento público na educação apontando que o fato ocorre há anos e que precisa haver esta cobrança. Etelvina solicitou aos Vereadores para ajudarem nesta questão da destinação dos recursos expondo que o Conselho do FUNDEB tem tentado corrigir, mas que não consegue. Para finalizar, o Presidente do CMECL, Walmir Wilson Condé agradeceu a presença de todos os Conselheiros e demais presentes e deu por encerrada a sessão. E para tudo constar, foi lavrado o presente registro, cujas assinaturas seguem em lista de presença anexa. Conselheiro Lafaiete, 04 de outubro de 2021.

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO PRESENCIAL

OFÍCIO/CONVITE N.º001/2021
PARTICIPANTES:
CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - SINSERLAF

PAUTA: discutir o retorno presencial gradual das escolas da Rede Municipal de Ensino. Seguintes assuntos:
1. A falta de infraestrutura de acordo com o Protocolo Sanitário
2. Em caráter de urgência visto que a SEMED posiciona o retorno, mas os servidores destacam que as instituições não estão aptas. A pré-escola retornou no dia 28/10 e os anos iniciais do EF está previsto para dia 04/10.
3. Várias denúncias que chegaram ao Conselho, inclusive sobre a falta de merenda escolar.
4. Os Diretores estão se sentindo desamparados pelo Executivo.
5. Denúncias de falta de informações precisas para os Profissionais da Educação.
6. A necessidade de se garantir a isonomia (direito de todos os alunos à educação de qualidade)
7. A organização pedagógica do presencial e remoto (alunos incluídos, recuperação, trabalho socioemocional, planejamento pedagógico para 2022)
8. O papel dos Comitês Escolares e do Comitê de Gerenciamento a nível Municipal

	NOME	REPRESENTANTE
01	[illegible]	FUNDEB
02	[illegible]	CMC
03	Viviane da Silva Dias Mathias	CME
04	Aline Carla Ferreira Teixeira dos Santos Gherardi	CME
05	Jemme Rani Barbosa Castro	CME
06	Angelino Claudio Dimas Neto	VEREADOR
07	Vanessa Kiandly Oliveira Costa	
08	Patrícia Alexandra S. Sanches	Assessoria Vereador Giuseppe Lagonte
09	Vanessa Aparecida Campos	Assessoria Vereador
10	Cássio Mauricio dos Santos Souza	C.M.E
11	Patrícia da Luz Eugênio	FUNDEB
12	Joviane Fernandes Lima	Nutricionista RT
13	Francielaine Beatriz Moreira de Souza	Semed - Nutricionista RT
14	Alonso de Souza Silveira	Semed
15	Isabelina Valéria Dorneles Nunes Miranda	Semed
16	Leandro da S. S. Dias	ASSESSOR VADO SILVA
17	Pedro Américo de Almeida	Câmara Vereador
18	Patrícia Rodrigues Pinto	CTE
19	Ana Roberta Moreles	Gerente Semed
20	Maria Vitória Prado Gonzaga	Semed
21	Ana Magalene de O. Baía	CME

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO PRESENCIAL

OFÍCIO/CONVITE N.º001/2021
PARTICIPANTES:
CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS - SINSERLAF

PAUTA: discutir o retorno presencial gradual das escolas da Rede Municipal de Ensino. Seguintes assuntos:
1. A falta de infraestrutura de acordo com o Protocolo Sanitário.
2. Em caráter de urgência visto que a SEMED posiciona o retorno, mas os servidores destacam que as instituições não estão aptas. A pré-escola retornou no dia 28/10 e os anos iniciais do EF está previsto para dia 04/10.
3. Várias denúncias que chegaram ao Conselho, inclusive sobre a falta de merenda escolar.
4. Os Diretores estão se sentindo desamparados pelo Executivo.
5. Denúncias de falta de informações precisas para os Profissionais da Educação.
6. A necessidade de se garantir a isonomia (direito de todos os alunos à educação de qualidade).
7. A organização pedagógica do presencial e remoto (alunos incluídos, recuperação, trabalho socioemocional, planejamento pedagógico para 2022).
8. O papel dos Comitês Escolares e do Comitê de Gerenciamento a nível Municipal.

	NOME	REPRESENTANTE
22	Arturo dos Santos Veloz	CAE
23	[illegible]	Vereador
24	[illegible]	Vereador
25	[illegible]	CÂMARA MUNICIPAL
26	[illegible]	Sindicato
27	[illegible]	Sindicato
28	[illegible]	Sindicato
29	[illegible]	Sindicato
30	Ana Angelica Almeida de Andrade Rosa	Direção Escolar
31	[illegible]	CDE